

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 535/2020

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES** E O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** OBJETIVANDO, MEDIANTE O USO DE FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS RELACIONADOS À ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CELEBRANTES E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE SISTEMAS E FERRAMENTAS DE INTERESSE PÚBLICO.

O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, CNPJ nº 46.522.967/0001-34, com sede na Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires - SP, CEP 09400-110, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Sr. Adriano Dias Campos, doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP**, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, com sede na Rua Silva Jardim, nº 187 – 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09715-090, neste ato representada pelo Procurador do Trabalho, Ricardo Nino Ballarini, doravante denominado simplesmente **MPT**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este acordo tem por objeto o intercâmbio de informações e dados relacionados à saúde dos servidores públicos municipais visando ao aprimoramento da formulação de políticas públicas dirigidas à saúde dos trabalhadores na região do Grande ABC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Das obrigações do Município

2.1.1. Orientar e supervisionar o objeto deste **Acordo**, cabendo-lhe acompanhar as atividades de execução e verificar a sua exata aplicação dentro do prazo de vigência.

2.1.2. Manter os partícipes informados sobre qualquer modificação que venha a ser introduzida na sistemática de funcionamento do objeto deste **Acordo**.

2.1.3. O compartilhamento de informações e bancos de dados sobre os agravos à saúde dos servidores públicos estatutários, de acordo com planos de trabalho a serem definidos durante a vigência deste acordo de cooperação.

2.1.4. Fornecer os dados, via FTP, em lotes ou em formato TXT, CSV XLS ou equivalente editável.

2.2. Das obrigações do MPT

2.2.1. Observar os critérios técnicos e de segurança que serão adotados para o acesso às informações, conforme o nível de acesso disponibilizado;

2.2.2. Responsabilizar-se pela utilização das informações, que devem ser afetas às atividades finalísticas da instituição e ao objetivo que ensejou a celebração deste **Acordo** e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

2.2.3. Preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

2.2.4. Não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SEGURANÇA E DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

3.1. O fornecimento de informações sigilosas ou pessoais, definidas no art. 4º, incisos III e IV, respectivamente, da Lei nº 12.527, de 2011, deverá ser feito em observância às restrições e procedimentos previstos na referida lei e sua regulamentação.

3.2. Os partícipes se comprometem a guardar sigilo dos dados e informações compartilhados ou postos à sua disposição e a utilizá-los somente nas atividades que lhes competem exercer, apenas disponibilizando-os a entidades ou órgãos da estrutura do MPT nos termos da lei e de sua regulamentação interna, quando no exclusivo interesse do cumprimento de suas atribuições legais e constitucionais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Cada partícipe será responsável pelos atos praticados pelos agentes que houver indicado durante a execução do presente Acordo e responderá pelos atos que ensejarem indenizações de qualquer natureza.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.2. O agente público que tiver acesso aos dados e divulgá-los ou permitir acesso indevido aos respectivos dados, deverá ser responsabilizado, nos termos dos arts. 32 e 33 da Lei nº 12.527, de 2011, sem prejuízo das responsabilidades civis, penais e administrativas previstas na legislação pertinente.

4.3. Caberá a cada Partícipe indicar a área gestora que ficará responsável pelas tratativas e adoção de medidas necessárias à operacionalização e à execução deste Acordo, promovendo todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

5.1. Este Acordo não acarretará transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES E DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA

6.1. Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

6.2. As comunicações relativas ao presente Acordo serão consideradas como realizadas regularmente se entregues ou enviadas por ofício ou correio eletrônico.

6.2.1. As comunicações dirigidas a **PREFEITURA** deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires, Telefone: (11) 4828-9860, email: rh.sam@ribeiraopires.sp.gov.br.

6.2.2. As comunicações dirigidas ao **MPT** deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: Rua Silva Jardim, nº 187 – 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, Telefone: (11) 4121-5310 / (11) 4330-1164, email: ricardo.ballarini@mpt.mp.br.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO vigorará por 5 (cinco) anos, a partir da sua assinatura.

7.2. A renovação deste Acordo fica condicionada à manifestação expressa dos PARTÍCIPIES interessados.

CLÁUSULA OITAVA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

8. Este Acordo poderá ser extinto a qualquer tempo por mútuo consentimento ou por iniciativa de qualquer dos partícipes mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, remanescendo a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

9. Este Acordo poderá ser alterado por mútuo consentimento entre os celebrantes, mediante termo aditivo que vise a aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10. Este Acordo será publicado no Diário Oficial Eletrônico, na forma da Lei nº 8.666/1993, e nos sites de cada Partícipe.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

11. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências derivadas da execução deste acordo serão dirimidas pelos partícipes por meio de consultas recíprocas e pela busca do mútuo entendimento.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições fixadas, firmam o presente Acordo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Pires, 10 de Novembro de 2020.

Adriano Dias Campos
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
Secretário de Administração

Ricardo Nino Ballarini
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador do Trabalho

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 535/2020

OBJETO: Intercâmbio de informações e dados relacionados à saúde dos servidores públicos municipais visando ao aprimoramento da formulação de políticas públicas dirigidas à saúde dos trabalhadores na região do Grande ABC.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*)_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 10 de Novembro de 2020.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Adler Alfredo Jardim Teixeira

Cargo: Prefeito

CPF: 171.483.398-47

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Adriano Dias Campos

Cargo: Secretário de Administração

CPF: 080.168.818-31

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratante:

Nome: Adriano Dias Campos

Cargo: Secretário de Administração

CPF: 080.168.818-31

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Ricardo Nino Ballarini

Cargo: Procurador do Trabalho

CPF: 131.670.008-99

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Adriano Dias Campos

Cargo: Secretário de Administração

CPF: 080.168.818-31

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.